

EMANCIPAÇÃO DA ESCOLA A PARTIR DA ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Lailson da Silva Sousa¹

RESUMO

Para realização deste estudo, partimos do questionamento: Qual a compreensão dos atores do Conselho Escolar na relação com a gestão democrática? Delimitamos como objetivo geral: analisar a compreensão dos atores do Conselho Escolar na relação com a gestão democrática e como específicos; contextualizar o estudo a partir dos seus aspectos históricos; analisar documentos legais da instituição escolar que fazem referência ao conselho escolar; compreender que concepções tem os atores do conselho escolar na relação com a gestão democrática. O estudo apoiou-se em Paro (2012; 2016), Libâneo (2007), Oliveira (2015), Dabrach (2010) Ferreira (2009; 2011), Abranches (2006), dentre outros. Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, realizado na Escola Municipal Lunalva Costa. Contamos com uma diretora, vice-diretora, coordenadora pedagógica, professores e pais de alunos. Para produção dos dados, usamos questionários e entrevistas, bem como análise de documentos escolares. Na análise dos dados, vislumbrou-se que a gestão democrática ocorre como um espaço coletivo e aberto à discussão de projetos e na construção do PPP e outros debates como os conselhos escolares; a direção da escola não se impõe como uma autoridade de comando, mas como mediadora; o esforço para constituição do Conselho Escolar caracteriza-se como um espaço de colaboração e diálogo entre sujeitos envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Democrática. Participação. Conselho Escolar. Projeto Político Pedagógico.

¹ Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí-UFPI.

1 INTRODUÇÃO

A inserção dos representantes da sociedade civil nas esferas do poder foi de suma importância para discutir políticas públicas, ações governamentais, o planejamento e a tomada de decisões de forma horizontal e desburocratizada, garantindo um contato direto entre os cidadãos e os órgãos públicos do estado, no sentido de organizar a estrutura do aparelho estatal, dando mais eficiência e transparência na gestão.

Neste estudo escolhemos como tema a gestão democrática da educação, reconhecendo a grande importância dos entes colegiados. Partimos do pressuposto de que o mesmo tem como princípio democrático a participação de vários agentes no processo educativo, da realização e do planejamento das ações, das práticas e da tomada de decisões na escola.

Para a realização do estudo, partimos do seguinte questionamento: Qual a compreensão dos atores do Conselho Escolar na relação com a gestão democrática? A partir desta inquietação, propomos descrever como a gestão envolve a participação de professores, funcionários, alunos e pais no processo de construção de identidade da escola, a participação ativa e efetiva na tomada de decisões, na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), na estruturação de projetos, visando o bem da coletividade e da comunidade escolar como um todo, numa perspectiva democrática.

A partir da questão norteadora em tela, delimitamos como objetivo geral: analisar a compreensão dos atores do Conselho Escolar na relação com a gestão democrática. Como objetivos específicos, contextualizar o estudo a partir dos seus aspectos históricos; analisar documentos legais da instituição escolar que fazem referência ao conselho escolar; compreender que concepções têm os atores do conselho escolar na relação com a gestão democrática.

Neste sentido, buscamos compreender a temática em pauta, vislumbrando o real sentido da gestão democrática, que deveria acontecer a partir das instâncias colegiadas e os seus diversos desdobramentos no contexto da escola como eleição direta para diretores, construção do PPP, criação do Conselho Escolar dentre outros.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A conquista democrática, no âmbito educacional, passa por entraves e acontece de forma muito lenta por conta dos processos burocráticos e as elites que atrapalhavam o desenvolvimento da educação brasileira, pois detinham o poder político e econômico para garantir seu status, utilizando-se da estrutura do aparelho estatal, atendendo aos interesses das classes dominantes.

Com a Constituição Federal de 1988, a gestão democrática do ensino público passa a ser garantida e consolidada na LDB nº 9394/96, no seu Art. 14, especificando a gestão democrática e evidenciando que toda a comunidade escolar deve estar envolvida nas decisões, nas ações e atividades da gestão escolar.

A participação da comunidade e dos atores envolvidos no processo educativo se dá através dos princípios de liberdade, igualdade, pluralismo de idéias, dentre outros citados na Constituição Federal de 1988, sendo assegurados pela LDB 9394/96, destacando os artigos 14 e 15 com as seguintes garantias:

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art.15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público. (BRASIL, 1996)

A gestão democrática da educação prima pela participação do povo no processo educativo, tornando-se necessário abrir espaço para discutir as questões de âmbito educacional, definir políticas públicas através da mobilização dos conselhos e outros mecanismos de participação coletiva dentro da escola, voltando-se para a tomada de decisões.

Concebemos a escola não somente como espaço de construção do conhecimento, apropriação e socialização do saber historicamente construído, mas, também, como uma escola aberta que possibilita a comunidade contribuir na formação do cidadão consciente, educação de qualidade e inclusiva, na perspectiva de construir uma sociedade mais humana e menos desigual.

A importância da democracia no âmbito educacional é que o Projeto Político-Pedagógico é a via legal, onde os atores envolvidos no processo educativo tem a oportunidade de lançar suas vozes, em que pouco a pouco a escola vai construindo sua identidade de acordo com a realidade dos seus sujeitos, na qual se refere à dimensão econômica, social e cultural na qual está inserida.

A escola conquista, desenvolve sua autonomia e constrói sua identidade de acordo com a realidade presente, que diante das mudanças e transformações sociais, também reformula e inova suas ações, práticas e objetivos. Para Freitas e Pilla (2006, p.20), essa autonomia se legitima quando:

Esse processo se desenvolva sob a responsabilidade dos profissionais da educação, com a participação da comunidade da escola por meio do conselho escolar, ou seja, dos representantes da comunidade escolar (pais, alunos, profissionais da educação que trabalham na escola) e local (membros da comunidade circunvizinha à escola).

A educação é um bem primordial e de suma importância para que os indivíduos tenham acesso aos bens e serviços dentro de uma sociedade, desempenhando sua função social e exercendo seu papel como cidadão de direitos e deveres, atribuições e competências. A educação é um direito fundamental e obrigatório em quase todos os países, cada sistema implanta e organiza suas formas de funcionamento em suas legislações.

2.1 Aspectos históricos, legais e conceituais

A gestão democrática no campo educacional surge através das conquistas históricas mais precisamente na década de 1990, onde é implementada como uma política educacional. Muitos estudos foram feitos nessa época de forma dinâmica para otimizar a estrutura do Estado brasileiro, contendo gastos desnecessários, fazendo uma gestão de forma transparente.

Essa estratégia de gerir o estado democraticamente, seria o meio no qual a população ou os segmentos representantes da sociedade pudessem acompanhar o funcionamento da máquina pública, mapeando os recursos financeiros e onde estes seriam aplicados. Foi uma proposta bem recebida, mas houve poucas produções de trabalhos problematizando o referido assunto.

Para o atual contexto, a Constituição Federal da República de 1988 apregoa o seguinte:

Art. 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº19 de 1998)
- VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – garantia de padrão de qualidade;

Estes princípios funcionam como mandamentos, caracterizados como uma forma de satisfação em escalas, devendo sempre ser satisfeitas ou não. Ressaltamos que os mesmos constam também no artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/1996), devendo estar articulado com o citado dispositivo constitucional.

O artigo 14 da LDB9394/1996 reforça que os sistemas de ensino é que devem lançar e definir as normas de gestão no âmbito do ensino público, de acordo com os agentes envolvidos no processo educativo, garantindo a participação dos profissionais da educação com a comunidade escolar e local e escolar ou equivalente.

2.2 Aspectos conceituais

Para melhor compreensão do termo gestão, apresentamos em tela as bases conceituais desta palavra, sendo um conceito amplo e um ramo das ciências humanas que tratam com grupos de pessoas e estruturas. Nesse sentido, a palavra gestão, segundo o Moderno Dicionário da Língua Portuguesa (MICHAELIS, 1998, p.1031) vem do latim *gestione*, ato de gerir, administração, direção.

Sendo assim, a palavra gestão possui amplo significado, sendo atribuída a outros campos: gerenciamento, administração, onde existe uma instituição, uma empresa, uma entidade social de pessoas, a ser gerida ou administrada, tendo como objetivo alcançar metas através do planejamento, conhecendo os problemas, organizar os recursos e apontando possíveis soluções

A representatividade do Conselho Escolar é uma força ou uma estratégia que contribui na qualidade dos objetivos educacionais, superando os entraves impostos pela

hierarquia do sistema de ensino. O gestor escolar, ao estimular a participação, deve lançar objetivos e propostas desafiadoras, visando a eficiência para a obtenção de bons resultados no âmbito educacional.

Os atores do Conselho Escolar auxiliam o gestor na tomada de decisões, compartilhando a gestão escolar, dividindo as atribuições, aproximando a comunidade escolar, e principalmente os pais, conscientizando a participação de todos através do diálogo, construindo conhecimento, auxiliando não somente na relação ensino-aprendizagem, mas também para promover a justiça social.

O Projeto Político Pedagógico é o mecanismo onde a escola e os profissionais da educação e comunidade escolar se mobilizam para, em conjunto, elaborar, criar, acompanhar e por em prática a proposta pedagógica estabelecida pela LDB nº 9394/96, em seu artigo 15, que diz que:

Os sistemas de ensino assegurarão, às unidades públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de autonomias pedagógicas e administrativas de gestão financeira observadas as normas gerais de direito financeiro público

Quando a escola elege o grupo de representantes da comunidade escolar, este deve atender os interesses daqueles que os elegeram para essa representatividade democrática, assegurando a participação. O Projeto Político-Pedagógico é um mecanismo democrático que representa a vontade e as vozes da comunidade escolar, onde tudo é decidido pela coletividade.

O Projeto Político-Pedagógico é um processo contínuo e inacabado, porém, há sempre algo a acrescentar. A escola deve esclarecer as finalidades, os objetivos e o processo de construção do mesmo, despertar o interesse da comunidade escolar para conhecer a importância dos entes colegiados, do conselho escolar e os benefícios da participação efetiva de todos os envolvidos.

A participação abre espaço para construir uma realidade pautada no cotidiano onde as demandas e os anseios da comunidade escolar sejam articulados com a gestão para que os objetivos educacionais possam ser alcançados, tornando a gestão eficaz e menos burocrática.

A partir daí, é compreensível que as ações coletivas e participativas estão além do tecnicismo que se caracteriza por reforçar as individualidades dos sujeitos, tornando as oportunidades desiguais, porém, um dos princípios da gestão democrática é que

dentro de um planejamento ou proposta, os sujeitos envolvidos possam dialogar entre si, alcançando os objetivos e finalidades pretendidas.

O Projeto Político-Pedagógico em sua essência democrática é o mecanismo que a comunidade escolar exprime suas contribuições e opiniões no processo de elaboração, reconhecendo como forma de melhoria a qualidade da educação e gestão da escola, bem como a construção de sua identidade.

Portanto, as mudanças no Projeto Político-Pedagógico ocorrem de forma reflexiva, devendo adequar-se ao seu contexto social, econômico, político e cultural. Isso implica dizer que a participação do Conselho Escolar na elaboração do PPP é de grande importância para contribuir no processo educativo como afirma Libâneo (2007, p. 325):

A concepção democrático-participativa baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de tomada de decisões. Entretanto, uma vez tomadas decisões coletivamente, advoga que cada membro da equipe assuma sua parte do trabalho, admitindo a coordenação e a avaliação sistemática da operacionalização das deliberações.

Entendemos que na gestão escolar pode haver posicionamentos políticos e ideias diferentes, mas a organização escolar deve estar embasada na dimensão pedagógica contemplando os objetivos mais amplos da escola, comprometendo-se com as transformações de cunho econômico, social e cultural que vivenciamos constantemente devido aos impactos do capitalismo e as políticas neoliberais.

3 METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS

A natureza metodológica da pesquisa é de cunho qualitativo, baseando-se na observação e interpretação dos fenômenos. Richardson (2008, p.79) afirma que “o método qualitativo justifica-se por ser a forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Desse modo, devemos levar em consideração a realidade e as particularidades dos participantes e do objeto da pesquisa.

3.1 Lócus da pesquisa

Para realização deste trabalho, o estudo foi desenvolvido na Escola Municipal Lunalva Costa, fundada em 04 de abril de 1981, no Governo de Lucídio Portela e inaugurada no Governo de Hugo Napoleão, em maio de 1983. Está localizada no bairro Itararé, Conjunto Dirceu Arcoverde II, na Rua 54 Nº3311, zona sudeste de Teresina-PI, num grande complexo educacional, com várias escolas públicas pertencentes à rede estadual e municipal de ensino público.

Trata-se de uma instituição de natureza pública, pertencente à rede municipal de ensino e atendendo um bairro muito populoso que apresenta um desenvolvimento considerável, onde sua infraestrutura dispõe de um hospital de urgência, uma maternidade, praças, campos de futebol, quadras poliesportivas, teatro, várias farmácias, igrejas, inúmeras lojas e comércios dos mais variados segmentos e agências bancárias.

3.2 Instrumentos de coleta e produção de dados

Para a coleta e a produção de dados foi utilizado a entrevista semiestruturada e o questionário. A partir do uso desses instrumentos, buscamos conhecer o Conselho Escolar e sua atuação com relação à gestão e o compartilhamento nas discussões, na tomada de decisões e construção ou elaboração de projetos, que visam o bem da comunidade escolar no âmbito educacional.

3.3 Participantes da pesquisa

Os sujeitos participantes da pesquisa foram os atores envolvidos no Conselho Escolar da Escola Municipal Lunalva Costa bem como a comunidade escolar. Para definir os sujeitos da pesquisa, fizemos a seguinte escolha: gestores da escola, coordenador (a) pedagógico, professores e pais de alunos.

3.4 Analisando os dados produzidos na pesquisa

As análises realizadas acompanham o raciocínio lógico de cada membro envolvido, partindo das ideias, a construção do PPP e a participação coletiva; escola e participação de professores, pais de alunos e alunos; o PPP como instrumento

mobilizador de participação coletiva; gestão democrática da escola na perspectiva dos sujeitos da pesquisa.

No sentido de identificar os sujeitos envolvidos, usamos os códigos: Diretora (D), Coordenadora Pedagógica (CP), Professores (P1 e P2), Pais de Alunos (PA1 e PA2).

Para D, o questionamento deu-se sobre: Como se construiu o PPP da instituição de ensino? *“foi construído a cerca de dez anos atrás com a equipe escolar, através de reuniões e com a participação de todos. [...] Para uma atualização mais ampla necessitamos previamente fazer uma sondagem na comunidade onde a escola está inserida conhecendo a realidade que nos cerca atualmente [...]”*.

Percebemos na fala de D que o Projeto Político Pedagógico já possui bastante tempo de existência, no caso, dez anos de funcionamento.

É percebido que não se trata de uma situação nova. Desse modo, a proposta da gestão democrática na escola já se encontra consubstanciada, levando em consideração que estas recomendações são oriundas da legislação educacional LDB 9394/96.

Para CP, a resposta obtida foi a seguinte: *“o PPP da escola foi construído com a participação de toda a comunidade escolar de forma bem coletiva e com as orientações jurídicas do nosso sistema de ensino”*.

De acordo com a fala de CP, evidenciamos que ela compartilha do mesmo pensamento de D, ressaltando a importância de envolver os diversos atores na elaboração do PPP, abrindo espaço para a participação coletiva assegurando os princípios legais da gestão democrática da escola pública.

Outro questionamento realizado foi sobre a contribuição dos professores na elaboração do PPP. A resposta de D foi: *“os professores participaram da construção do PPP dando sugestões, ajudando a definir pontos e aspectos importantes condizentes com a realidade local”*.

Entendemos, pela fala de D que os professores muito contribuíram com sugestões para melhoria da escola, como instituição formadora e acolhedora dos muitos sujeitos da comunidade. Encontramos essa afirmação conforme Lück (2008, p.80): “Em suma, cabe destacar que o processo educacional só se transforma e se torna mais competente na medida em que seus participantes tenham consciência de que são responsáveis pelo mesmo”.

Na entrevista realizada com os professores aplicamos o questionamento: Houve discussões na sala dos professores para que os docentes, como representante da categoria levasse para a plenária?

P1- “a ultima discussão levantada durante a reformulação do PPP foi relacionada à implementação de um conselho de classe. Quando os professores sentem dificuldades, aproveitam a condução dos trabalhos de modificação do PPP, para sugerir algo decidindo coletivamente e ao final apontamos um representante do segmento”.

Para P2- *“essas discussões nós fazemos coletivamente e depois escolhemos um representante onde são sugeridos alguns nomes e a maioria aponta aquele que vai representar o segmento”.*

Mediante o exposto, é notável que no momento em que se deu construção do PPP, houve por parte da SEMEC um norteamento para que a equipe diretora, pudesse delinear suas propostas de forma participativa e democrática de acordo com as leis e normas estabelecidas.

Na participação dos pais, no processo de elaboração do PPP, a pergunta foi a seguinte: De que forma vocês, enquanto pais de alunos contribuíram para a elaboração do PPP?

PA 1- “a gente participa nas reuniões que a escola realiza, como eu e muita gente não entende muito bem sobre o PPP, a direção da escola nos esclarece de um jeito mais simples para que todos entendam, então nas reuniões a direção da escola pergunta os pais como a escola deve ser, como os pais podem participar mais da vida escolar dos filhos e etc.”

Para PA 2 - *“quando foi elaborado pela primeira vez eu não participei, mas atualmente a escola pede muito a nossa opinião em tudo, até mesmo em momentos de festividades, em tudo.”*

Na fala de PA1, percebemos que, a direção da escola antes de tudo, informa com antecedência os participantes na construção do PPP, esclarecendo pontos a serem discutidos e votados. Compreendemos que a gestão da escola atua dessa forma, no sentido de assegurar a participação dos envolvidos, possibilitando a participação de todos. Abranches (2006, p.74) considera que:

A informação é peça fundamental para assegurar um direcionamento consciente das questões, além de aumentar a responsabilidade e o

envolvimento das pessoas quando se reconhecem como parte do problema. Elas participam com mais entusiasmo quando percebem que os resultados estão diretamente relacionados à sua realidade.

O ato de comunicar previamente informações aos membros do colegiado faz da gestão escolar uma esfera democrática, contribuindo para que os pais assumam responsabilidades. Isso mostra que gradativamente os indivíduos passam a agir e interagir no meio em que estão inseridos, participando e desenvolvendo novas relações e novos conhecimentos. Dessa forma, os indivíduos enxergam que a gestão compartilhada é um espaço de debates e discussões. Abranches (2006, p. 70) entende que:

Portanto, é nessa diversidade que os indivíduos se comunicam, se revelam e se constroem como sujeitos, porque agem e transformam suas ações em palavras. É nesse processo que as informações circulam e as diferentes concepções se chocam, possibilitando que os indivíduos mantenham contato com diferentes aspectos das relações humanas (políticas e sociais) que influenciam na sua formação.

Portanto, num espaço coletivo se concentram saberes e conhecimentos diferentes, concepções e opiniões distintas, sendo relevante considerar essas relações entre os sujeitos para que as informações socializadas entre os mesmos possibilitem transformar o diálogo em ações, onde possam a partir dos debates darem cumprimento ao compartilhamento da gestão democrática da escola na construção do PPP e demais projetos.

4 CONSIDERAÇÕES

Consideramos que, neste estudo, a participação dos sujeitos no conselho escolar é um mecanismo que a população tem junto à escola para cobrar melhorias e atingir uma educação de qualidade, implicando em qualidade de vida para a sociedade e, também, na transformação e educação dos sujeitos a partir do envolvimento dos assuntos pertinentes à escola.

Tendo em vista a realização deste trabalho, no sentido de responder: Qual a compreensão dos atores do conselho escolar na relação com a gestão democrática? Durante esse estudo, podemos desvelar como de fato se efetiva a participação, porém os atores envolvidos nos processos decisórios da escola compreendem a gestão

democrática como um espaço coletivo e aberto à discussão de projetos como o PPP, um espaço voltado para as reivindicações independentemente da cultura, do grau de instrução dos sujeitos e da posição social que se ocupa.

Diante os dados coletados, verificamos que a direção da escola não se impõe como uma autoridade de comando na instituição, mas sim como mediadora dos assuntos pertinentes à educação, bem como questões sociais a serem tratadas. Notamos que a diretora estimula a participação de todos em contribuir com opiniões que venham a construir a identidade da escola, e que o conselho escolar seja o elo entre a escola e a comunidade, propiciando uma interação dialógica para a realização de ações que transformem não apenas a rotina escolar, mas também a sociedade, formando cidadãos capazes de provocar mudanças no meio social através da participação nas decisões da escola.

Concluimos que as gestões anteriores e a atual gestão da Escola Municipal Lunalva Costa, possibilitaram a participação dos diversos atores envolvidos no contexto escolar, construindo coletivamente o PPP da escola, de acordo com a realidade social, política e cultural daquela época.

Para a atual gestão, esta almeja uma reformulação completa no PPP, considerando o contexto histórico do momento, tendo em vista que a sua versão ainda traz marcas de um tempo em que muitos elementos já não mais se enquadram no período atual, muitos encaminhamentos datam de dez anos atrás.

Portanto, a atual gestão tem como proposta para os próximos períodos, uma reformulação completa do PPP, baseada no atual contexto social, levando em consideração os aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais, visto que, durante esse tempo, os padrões sociais mudaram, as ações e as concepções dos sujeitos configuram uma nova forma de sociedade, que se encontra em constante transformação.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado Escolar**: espaço de participação da comunidade. São Paulo: Cortez, 2006.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar:** políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2007.

LUCK, Heloísa. **Gestão educacional:** uma questão paradigmática. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da educação pública.** São Paulo: Cortez, 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2008.